

APRESENTAÇÃO

FOREWORD

A Revista Estudos em Sociologia é publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Dispõe, como objetivo, a publicação de artigos científicos, ensaios, entrevistas e resenhas de seus professores e pesquisadores, bem como de outras universidades brasileiras e estrangeiras. A equipe editorial de Estudos de Sociologia, portanto, tem o prazer de disponibilizar, ao público leitor, o volume 1, número 23 da revista, referente ao 1^a semestre de 2017. Chega a este número com formato específico: dois artigos sobre política pública, dois de teorização e três que contemplam temas diversos: *downshifting*, psicotrópico/metodologia e ensino. Em suma, estamos representados por sete artigos.

São artigos que foram selecionados com precisão, que respeitam a boa forma e o bom conteúdo. São, assim, textos de parabéns quando se lê, de pêsames quando se acabou de ler. Chegando ao fim de sua leitura, pode-se pôr a revista dentro de uma pasta do computador e deixar de lado a vontade de ir ver se tem um post-scriptum, para parodiar Machado de Assis. Afinal, por que não pensar a escrita acadêmica como a continuação do reconhecimento por outros meios.

Os dois primeiros artigos versam, cada um à sua maneira e com seu conteúdo próprio, sobre políticas públicas. A análise sociológica de políticas públicas está situada no *carrefour* de saberes jurídicos, econômicos e da ciência política. A sociologia das políticas públicas pode ser considerada como o conhecimento do Estado em ação ou, precisando melhor, o conhecimento da ação pública. O artigo de Carolina Pires Araújo, Lízia Coelho Medina e Eduardo Salomão Condé intitulado “Políticas públicas de saúde e bem-estar social: fronteiras entre o financiamento público e o privado no Brasil e em Portugal”, é importante a começar pelo fato mesmo de propor uma análise comparativa entre Brasil e Portugal, pela identificação dos dispêndios público e privado e por meio do exame de dados estatísticos disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A comparação toma, como ponto de referência, as conexões entre Estado, política, economia e sociedade. Tais conexões enquadram, justamente, o foco do artigo: as políticas públicas de saúde. O que não surpreende, pois a saúde, como grande ordenadora de ação e de representação no mundo contemporâneo, tem sua constituição coproduzida de múltiplas formas, principalmente por instâncias da sociedade e pelo contexto político-econômico. Já o artigo de Rachel Gadelha e Alexandre Barbalho analisa política pública diferente: políticas culturais que nortearam a produção cultural do Ceará, entre os anos de 1960 e 2014. O recorte é histórico, logo também a comparação, exatamente para ajudar no exame dos impactos na produção cultural desse período. Tendo como alvo os produtores culturais, o artigo trata, ao mesmo tempo, das atividades, dos discursos e dos valores que estão em jogo, principalmente nas estratégias de adaptação dos produtores em relação às políticas de financiamento à cultura.

Os artigos de Jonatas Ferreira e de Camila Oliveira do Valle são teóricos; na verdade, produtos de teorização bem diferentes. São bons, porque vão além, superando o hábito atual de ruminar coisas absurdamente óbvias. Teoria é assim: substitui o saber seguro por algo problemático, porque as questões são mais importantes do que as respostas. Claro, a teoria não cabe no desespero inteiro de perguntas nunca respondidas; mas, quando a luz analítica flutua, a criação prende sua respiração. O texto de Jonatas Ferreira, “Hegel, os hegelianos, Marx e o romantismo alemão: a herança estética na crítica à fragmentação da vida moderna”, enquadra-se nesse momento, entre duas respirações. Seu objeto de análise situa-se, parecidos, entre uma sociologia filosófica e uma filosofia sociológica, mais ou menos nisso, nessa indeterminação. Seu foco são as formulações estéticas e filosóficas do Romantismo (em particular no romantismo de Jena). Nesse sentido, como rebatem em Hegel e até no jovem Marx. Ora, o romantismo constituiria algumas “condições de possibilidade” para temas sociológicos, tais como a fragmentação, o empobrecimento existencial e a alienação, e sua superação! O romantismo possibilitou, historicamente, o surgimento de questionamentos que, depois, formariam determinada tradição da sociologia clássica. Já no artigo de Camila Oliveira do Valle intitulado “Influências teóricas e teoria em Gilberto Freyre: um debate sobre a integração social e a “democracia racial”, apresenta uma crítica teórica, tendo como alvo

o pensador pernambucano. Desmonta e remonta Gilberto Freyre. Produz crítica teórica que torna visível determinados mitos em torno da obra freyriana. Mostra quais pensadores influenciaram-no, sua visão idealizada do Brasil e de sua concepção de equilíbrio social. Assim, o eixo da crítica passa pela teoria freyriana de integração social e de como incorporou a noção controversa de “democracia racial”. A teorização de Freyre é “mudança de paradigma”, reconhece a autora, em se tratando do contexto da época, mas que não consegue superar as contradições concretas da sociedade brasileira -- justamente ao contrário, pois sua tendência seria reafirmá-las e conciliá-las com as relações históricas de dominação racial. Com isso, Camila pôde cotejar tais discussões com a análise das contradições da formação colonial brasileira, a constituição da escravidão e do racismo.

Depois dessa sequência, publicamos três artigos avulsos, com temáticas importantes para a reflexão sociológica contemporânea: *downshifting*, psicotrópico e ensino. Ao ler o texto de Elaine Azevedo, “*Downshifting/ desacelerando*”, pedimos ao leitor justamente calma na sua leitura, diminuindo a velocidade e aumentando a compreensão. Afinal, o valor de um artigo não está na rapidez de sua leitura, e sim na intensidade de sua apreensão. Num estudo de natureza sócio-antropológica, o artigo trata dessa espécie de estilo de vida, que implica determinada postura em relação ao consumo. Pelo que entendemos da leitura do texto, o *downshifting* pode ser considerado como resistência aos ditames do mercado capitalista. Sendo o mercado regime de verdade, logo, também política de valores, o *downshifting* envolveria posturas alternativas e críticas aos ordenamentos comportamentais do consumo na sociedade contemporânea. E, como o mercado capitalista implica aceleração e velocidade na vida, justamente para permitir maior consumo, o *downshifting* “performaria” atitudes e condutas com outras relações com o tempo: menos trabalho, menos dinheiro, menos consumo, mais lazer e qualidade de vida. Contudo, o viés crítico da autora impede-a de cair numa apologia desse novo estilo de vida. Faz assim diversos questionamentos: *downshifting* revela uma crise do consumismo ou um deslocamento para outro tipo de consumismo? Novos padrões de consumos, que envolvem materiais recicláveis, novas estratégias de mobilidade e alimentos orgânicos, por exemplo, significam o quê, afinal? Ruptura ou novas adaptações ao mercado?

Embora o objeto seja diferente, o texto de Tiago Coutinho intitulado “Revisitando a terminologia *substance*, *set* e *setting*: o exemplo dos festivais de música eletrônica e os ritos urbanos de consumo de ayahuasca”, guarda alguma semelhança (na diferença, claro) com o artigo anterior, inclusive partilhando a matriz sócio-antropológica. Afinal, trabalha com comportamentos, socialmente inferidos, relacionados ao uso de psicotrópicos, e que implica, dalgum modo, novos estilos de vida; além do mais, implicam também novas formas de consumo. O autor utiliza, para tal discussão, exemplos empíricos dos festivais de música e das terapias transculturais, em particular o uso de ayahuasca. Seu objetivo é criticar a pertinência metodológica das noções de *substance*, *set* e *setting*, criadas por certa tradição de pesquisa (Leary, Zinberg, MacRae e Simões, respectivamente). Critica o essencialismo que cola cada termo a uma área de conhecimento: *substance* (farmacologia, química, física, biologia), *set* (psicologia), *setting* (Ciências Sociais). Assim, o autor pôde libertar o “social” de sua prisão ontológica e percebê-lo como perpassando a *substance* e o *set*, por exemplo. Haveria, no caso, processo sociogenético na formação mesma de fenômenos, antes capturados por outras áreas de conhecimento, rompendo assim a dicotomia famosa, que é grudenta como goma arábica, entre natureza e cultura? Para responder a tal questão, o autor utiliza inferências analíticas de Latour, principalmente no seu desmanche da referida dicotomia e na sua reconfiguração do conceito de “social”. Dessa forma, o autor encontra (ou transforma) na nomenclatura (*substance*, *set* e *setting*) princípios de associações ou (também) actantes -- logo, vistos como agentes produtores de ação – que mobilizam pessoas, substâncias, cientistas, valores, luta política, festas, ordenamento jurídico, e por aí vai. O objetivo é colocar todas as situações, denotadas pela nomenclatura, como inter-ações de agentes que criam e são criados na prática.

Por fim, temos o último texto da trilogia dos artigos avulsos, intitulado “A conjuntura do Estado e do ensino superior na Guiné-Bissau”, escrito por Arnaldo Sucuma. É texto importante, pois proveniente de pesquisa empírica e remete a país africano pouco trabalhado na sociologia brasileira, permitindo a outros estudos a produção de análise comparativa entre países lusófonos. O artigo faz um vasto recorte histórico, de 1974 a 2012, permitindo não somente traçar panorama geral da constituição do

ensino superior em Guiné-Bissau, mas também possibilita resgate analítico da constituição de universidades na África, principalmente de língua portuguesa. O foco é a relação entre ensino superior e Estado, o que implica, dalguma maneira, uma sociologia política do ensino. Nesse sentido, o autor questiona o processo de institucionalização do ensino superior e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico e político da Guiné-Bissau. Infere, de forma crítica, que tal institucionalização bateu de frente com problemas estruturais e políticos. Problemas, inclusive, que nos remete ao nosso próprio país, pois estamos diante de uma institucionalização precária do ensino superior. Por um lado, as desigualdades sociais e econômicas emperram a universalização do ensino superior; doutro, a vulnerabilidade de qualquer política nacional de educação, pois nunca vista como política de Estado, jamais encampada como projeto de nação

A equipe editorial deseja boa leitura. Afinal, como dizia Voltaire, “a leitura engrandece a alma” ou, melhor ainda, parodiando Mário Quintana: qual alma, qual nada! A melhor transcendência que existe é a leitura de uma revista acadêmica.

Comitê Editorial
Revista Estudos de Sociologia